
Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de capítulos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Independência ou morte. Pedro Américo (1888) | Imagem: [Wikipédia](#)

Experiências e expectativas em 1822 – Resenha de *Politização do tempo: temporalização dos discursos no processo de Independência do Brasil*, de Rafael Fanni

Mário Jorge dos Santos Almeida (SMED-Lagarto/SE/UFS)

Resumo: *Politização do tempo*: temporalização dos discursos políticos no processo de independência do Brasil, de Rafael Fanni, busca revelar como discursos políticos moldaram a percepção temporal durante a Independência. Peca pela densidade excessiva e foco elitista-regional. Destaca-se pela abordagem discursiva inovadora e recorte temporal preciso.

Palavras-chave: Independência do Brasil; discurso político; temporalização.

Política do tempo: temporalização dos discursos políticos no processo de independência do Brasil é o livro Rafael Fanni, lançado em 2022. A obra, tem como objetivo principal demonstrar a temporalização dos discursos no decorrer das discussões e reflexões no embate político do processo da independência brasileira.



A obra é uma das vencedoras do “Prêmio de Teses e Dissertações sobre o Bicentenário da Independência do Brasil”. Foi publicada na coleção 3 vezes 22, que reflete os momentos históricos e seus processos nos anos de 1822, 1922 e 2022, abordando a independência, a Semana de Arte Moderna e o Bicentenário da Independência do Brasil. O autor, Rafael Fanni Dias Resende, é mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e licenciado e bacharel em história pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Foi editor da Revista Eletrônica *Cadernos da História* (UFOP), entre 2006 e 2009. Atualmente, é pesquisador do Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial. Possui diversos artigos publicados em revistas científicas sobre a temporalidade entre os séculos XVIII e XXI. Atualmente, é professor da rede municipal de São Paulo e do curso de graduação em história da Faculdade das Américas (FAM).

No primeiro capítulo, o autor concentra sua análise em dois conceitos centrais: regeneração e revolução. Seu objetivo é identificar o cerne da terminologia desses conceitos dentro do contexto político do início do século XIX, evidenciando como a temporalização, nesse caso, passado, presente e futuro, é posicionada nos discursos e como atuou na dinâmica do processo de Independência do Brasil. Para isso, Fanni analisa fragmentos de panfletos e periódicos publicados no Rio de Janeiro entre 1821 e 1822. Essa documentação serve para tematizar o contexto e revelar os elementos temporais presentes nos debates políticos. Baseando-se nas premissas conceituais de Reinhart Koselleck, o autor argumenta que os discursos produzidos “no ardor do instante”, enquanto os eventos se desenrolavam, permitem perceber com maior nitidez a sensação de aceleração histórica característica daquele momento. Dessa forma, o capítulo demonstra que o conceito de regeneração esteve inicialmente vinculado à ideia de retorno a uma ordem política remodelada, ancorada no passado, enquanto revolução se associava às transformações abruptas e à separação do antigo modelo político vigente, evidenciando um tempo histórico acelerado e direcionado ao futuro. O autor exemplifica esses sentidos por meio da análise do debate panfletário travado entre as Cortes portuguesas e lideranças luso-americanas, destacando como diferentes atores projetaram visões de futuro para o Império luso-brasileiro. Ao final, Fanni declara que os discursos políticos do período estavam profundamente marcados pela articulação entre presente, passado e, sobretudo, futuro, ponto de inflexão na compreensão da aceleração e radicalização do processo revolucionário luso-brasileiro, conforme proposto pelo autor.

No segundo capítulo, o autor busca analisar o sentido da temporalização no contexto da instalação das cortes portuguesas, focalizando a noção de regeneração no debate constitucionalista que propunha a manutenção de Brasil e Portugal sob um mesmo pacto político. Essa ideia, contudo, varia: enquanto para os lusitanos significava projetar um futuro constitucional comum, para muitos publicistas luso-americanos poderia representar um retorno a condições coloniais, isto é, uma destruição das mediações políticas alcançadas desde a transferência da Corte para o Rio de Janeiro. Assim, a regeneração poderia significar tanto continuidade quanto retrocesso, e seu sentido tornou-se objeto de

disputa. Concomitantemente, o capítulo demonstra que o Brasil possuía potencial econômico e político capaz de sustentar todo o Império. Esse debate ganha força com a multiplicação dos impressos, impulsionada pela liberdade de imprensa, que expandiu os espaços públicos de discussão e contribuiu para a formação de uma opinião pública crítica, elemento primordial da nova ordem política ressurgente. Por fim, o autor observa que a ideia de “colônia” já não era adequada para descrever a posição do Brasil depois de 1808, pois a presença da Corte e a reorganização administrativa haviam transformado sua posição dentro do império luso-brasileiro.

No terceiro capítulo, o autor analisa as mudanças no campo discursivo decorrentes da crítica ao modelo constitucional das Cortes portuguesas, destacando como o processo de temporalização se transforma com o avanço dos acontecimentos históricos. Segundo Fanni, as dinâmicas políticas concretas, especialmente as decisões das cortes que restringiam a autonomia do Brasil, modificam o sentido dos conceitos analisados anteriormente. O termo “retroceder” ganha força no debate, mobilizado pelos publicistas luso-americanos para desmontar as narrativas do constitucionalismo português e denunciar o risco de retorno a condição colonial. Nesse contexto, emerge um novo conceito de emancipação, entendido como fechamento de um ciclo e abertura de outro: o ciclo do atraso é modificado para o da liberdade e do progresso. Além disso, o autor mostra que a retórica política se aproveita de elementos de legitimação divina, apresentando a separação política como providência divina que libertaria o povo brasileiro da opressão e da condição rebaixada que foi imposta ao Brasil. A riqueza natural e o potencial econômico do Brasil surgem, então, como fundamentos materiais e simbólicos para a defesa de um futuro autônomo e de progresso, naturalmente concedidos ao Brasil. Dessa maneira, Fanni demonstra as transformações temporais nos discursos: o presente é ritmado pela dinâmica acelerada dos acontecimentos, o passado colonial é reinterpretado como experiência superada que não se deve retornar e o futuro se torna mote de liberdade. A independência passa a ser representada como necessária e inevitável, e a separação de Portugal, como condição do progresso providencial e natural do Brasil.

Como veremos ao fim desta resenha, o livro é texto importante para a compreensão do evento hoje. Contudo, devemos antes apontar as suas insuficiências. Um dos primeiros aspectos negativos da obra diz respeito ao número elevado de panfletos e periódicos apresentados e discutidos pelo autor ao longo de apenas três capítulos. Essa ampla quantidade de discursos, embora demonstre riqueza de fontes, torna o texto denso e, por vezes, dificulta o entendimento da metodologia e interpretação por parte do leitor. A leitura demanda atenção constante às notas de rodapé, frequentemente fundamentais para compreender os contextos dos documentos utilizados, comprometendo a fluidez e dificultando o acompanhamento do argumento principal. Tal característica afeta a própria proposta metodológica de recuperar, nos discursos, os elementos de temporalização, uma vez que o grande número de fontes documentais exige esforço contínuo de recomposição no contexto da obra.

Além disso, o livro concentra-se majoritariamente nos discursos da elite política, intelectual e social do Rio de Janeiro, negligenciando a atuação de sujeitos historicamente marginalizados no processo de Independência do Brasil, como populações escravizadas, libertas, indígenas e camadas populares urbanas (Reis; Silva, 1989). Do mesmo modo, a reduzida atenção aos contextos regionais limita o entendimento ampliado do processo. A incorporação de discursos provenientes de outras províncias, em especial a Bahia, uma das capitâncias centrais na ruptura com Portugal e palco de embates militares e políticos fundamentais, poderia colaborar com a análise e oferecer uma sistemática mais consistente do caráter plural e heterogêneo da dinâmica do processo de Independência. Nesse sentido,

cabe destacar que tal carência passa a impressão de que o processo de emancipatório foi algo uniforme em todo o Brasil, quando, na verdade, caracterizou-se por intensas discordâncias e não aceitações nas diversas capitâneas do reino luso-americano (Antônio, 2012). Outro ponto pouco explorado pela obra foi a recepção social desses discursos. Por fim, permanece o questionamento de como a linguagem política analisada contribuiu para moldar uma identidade nacional emergente no período, tendo em vista a importância desse conceito na energização do processo de independência do Brasil.

Cabe destacar, por outro lado, que a obra oferece um novo olhar sobre o processo de Independência do Brasil, ao evidenciar como o período foi gestado e disputado nas práticas discursivas. Essa abordagem contribui prioritariamente para demonstrar o valor da análise do discurso como instrumento interpretativo de processos históricos, revelando como categorias políticas e representações temporais foram construídas e mobilizadas no calor dos acontecimentos.

Outro ponto relevante é o recorte temporal concentrado entre os anos 1821 e 1822. Essa delimitação reduzida permite uma análise mais aprofundada e precisa das transformações conceituais e políticas, situando de forma convincente os debates no tempo histórico. Apesar do grande número de notas de rodapé, elas cumprem adequadamente sua função, oferecendo informações complementares fundamentais e preenchendo lacunas explicativas que não aparecem no texto principal.

Do ponto de vista formal, o livro apresenta uma estrutura textual orgânica, com escrita clara e ortografia consistente, favorecendo a compreensão e fluidez da leitura, mesmo diante de um conteúdo conceitualmente denso e fora da perspectiva tradicional do processo histórico da independência do Brasil.

Por fim, cabe destacar o uso de panfletos e impressos políticos como fontes primárias. Embora o autor não apresente nitidamente uma influência de Robert Darnton (2024), sua escolha por essas fontes dialoga com a tradição que valoriza a circulação de textos como elemento formador de culturas políticas e impulsionadores de processos revolucionários, reforçando o papel desses impressos na construção de discursos e expectativas no contexto da Independência.

Em linhas gerais, o autor consegue cumprir os objetivos propostos na obra. No primeiro capítulo, atinge com eficácia o demonstrando como os conceitos de regeneração e revolução foram transformando-se no contexto de aceleração histórica. O capítulo demonstra o nexo entre acontecimentos rápidos e transformações conceituais, revelando a potencialidade discursiva como mediadora da prática política. No segundo capítulo, ao recuperar elementos de temporalização presentes nos discursos, o autor aprofunda a análise dos diferentes sentidos atribuídos ao tempo histórico. O contraste entre fragmentos documentais corrobora na compreensão das tensões discursivas em torno das cortes portuguesas e seus sentidos divergentes. O terceiro capítulo confirma o alcance dos objetivos ao expor a reconfiguração discursiva diante das reformas constitucionais. Fanni evidencia a dualidade do conceito de regeneração, interpretado simultaneamente como promessa de progresso (ideia de futuro) e como possível retorno a uma condição política original (ideia de passado). Dessa forma, demonstra como o debate constitucional deslocou a tematização discursiva, configurando a ideia de emancipação, reforçando a ruptura progressiva e inevitável entre Portugal e Brasil. Nas considerações finais, demonstra que disputa discursiva foi fundamental tanto para a consolidação do poder político favorável à independência brasileira quanto para a manutenção do império luso-americano, reforçando a importância do discurso na construção do processo histórico e suas próprias modificações. É, portanto, uma leitura obrigatória para aqueles que pesquisam

independência do Brasil e os que pesquisam o discurso e sua importância na dinâmica política.

Referências

ANTÔNIO, Edna Maria Matos. *A independência do solo que habitamos: poder, autonomia e cultura política na construção do império brasileiro, Sergipe (1750-1831)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. Tradução Luís Carlos Borges. 2ed. São Paulo: Companhia das letras, 2024.

FANNI, Rafael. *Política do tempo: temporalização dos discursos no processo de Independência do Brasil*. São Paulo: Publicações BBM, 2022. 336 p.

REIS, João José. O jogo duro do dois de julho: o ‘Partido Negro’ na independência da Bahia. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 79-98.

Sumário de *Política do tempo: temporalização dos discursos no processo de Independência do Brasil*

1. Introdução
 2. Capítulo 1 - A temporalização dos discursos em um espaço de experiência revolucionário moderno”
 3. Capítulo 2 - A regeneração política como triunfo constitucional”
 4. Capítulo 3 - A emancipação como a “verdadeira causa da nação”
- Considerações finais
Referências bibliográficas

Resenhista



Mário Jorge dos Santos Almeida é mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS/UFS), especialista em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) e licenciado em História pela UFS. É professor do quadro da Secretaria Municipal de Educação de Lagarto/SE e da rede privada, em Aracaju/SE. ID Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1749202568854708>; ID ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-6278-4566> Redes sociais: Instagram: [mariojorge_a](https://www.instagram.com/mariojorge_a); e-mail: santosalmeidamariojorge@gmail.com.

Para citar esta resenha

FANNI, Rafael. Politização do tempo: temporalização dos discursos no processo de Independência do Brasil. São Paulo: Publicações BBM, 2022. 336 p. ALMEIDA, Mário Jorge dos Santos: Experiências e expectativas em 1822. *Crítica Historiográfica*. Natal, v. 6, n. 27, p. 12-17, jan./fev., 2026.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir de seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhes sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).